
Entrevista

IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Por Regina Nascimento Silva

Este texto foi editado a partir de entrevista concedida pelo Prof. Plínio Zornoff Táboas, Pró-reitor de extensão da Universidade Federal do ABC e coordenador do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Região Sudeste. Como ações prioritárias de seu mandato estão: a realização do 1º Congresso de Extensão Universitária do Sudeste, a discussão dos impactos advindos do Plano Nacional de Extensão Universitária e do Programa Josué de Castro em relação às políticas públicas de fomento e de financiamento da extensão.

Qual a importância da extensão universitária na formação dos alunos e na mediação do trabalho docente?

A atividade de extensão permite ao estudante a oportunidade de tomar contato com problemas que afligem e emergem da sociedade, sob a luz de um olhar que traz o apoio do conhecimento acadêmico teoricamente desenvolvido. Com isso, ele experimenta os limites desse conhecimento em atenção a problemas que necessitam de alguma solução ou resposta. A transcendência de tais limitações configura-se como construção de novos conhecimentos. Portanto, o estudante exposto à realidade por meio de atividades de extensão não se forma, no sentido convencional, mas se transforma em cidadão pleno, favorecido pela vivência universitária que lhe propicia uma profissão, e comprometido com a contínua construção da sociedade em que está inserido.

Ao docente que coordena uma atividade de extensão cabe desenvolver, com o olhar inquiridor que é peculiar ao verdadeiro pesquisador, a problematização de soluções a questões abordadas por essa atividade, consciente de que cada solução de um problema que emerge da sociedade está sempre associada ao contexto social, econômico e ambiental em que foi gerado. Esse é o dever do docente em auxílio à transformação dos estudantes em profissionais comprometidos com ações cidadãs. Além disso, o docente deve organizar e sistematizar os novos conhecimentos desenvolvidos e dar ciência deles.

É dessa forma que a extensão universitária cumpre seu papel de articuladora indissociável do ensino e da pesquisa.

No seu entendimento, quais são os desafios e perspectivas da extensão universitária no Brasil?

Com o desenvolvimento do país, sustentado fortemente pelo seu desempenho interno, o Brasil tem superado crises internacionais não sem abalos, porém razoavelmente bem estruturado economicamente. Seu desempenho tem saltado aos olhos e elevado sua importância no cenário mundial. Além disso, conseguiu melhorar as condições econômicas de grande parte de sua população ao mesmo tempo em que, por diversos fatores, essa mesma população tem observado um aumento na sua expectativa de vida. No entanto, o Brasil agrega à sua nova condição problemas crônicos a todo processo de crescimento e desenvolvimento econômico, ou seja, infraestrutura insuficiente, obsolescência dos meios de produção, atraso no quesito inovação tecnológica, além de vivenciar problemas como: o enfrentamento à erradicação da pobreza, o desconhecimento de como dar atenção ao idoso, a inclusão social e a garantia dos direitos humanos. Eu penso que o enfrentamento desses problemas traz em si as linhas gerais de grandes desafios para a extensão universitária: atuação na área de saúde preventiva, atenção ao idoso, inclusão digital, inclusão social, garantia e preservação dos direitos humanos, auxílio à melhoria da qualidade do ensino básico, atenção ao avanço da tecnologia e auxílio à inovação tecnológica, investimento em empreendedorismo, tudo isso em franca interação com a busca do reconhecimento de uma cultura que deve se preservar e se fortalecer em oposição à pasteurização e massificação, que leva à perda do significado histórico da existência humana, e ao sentimento de não pertencimento do indivíduo a qualquer ambiente social e sua perda de referenciais valorativos. Dessa forma, penso que as perspectivas são promissoras no que diz respeito ao trabalho a ser desenvolvido. No entanto, há que se fazer um esforço pela manutenção e ampliação dos investimentos nas atividades de extensão, seja pela ação direta de governos como pela sensibilização de outros setores sociais da necessidade de auxílio financeiro.

O que precisa ser feito para garantir a institucionalização da extensão universitária?

Hoje, há o financiamento das atividades de extensão diretamente pelo orçamento das IFES, por meio de ações do Governo Federal, pelo orçamento das demais IPES (por intermédio de seus mantenedores), pelos Editais públicos de fomento, além de eventuais parcerias e convênios. Chamo a atenção para o Programa de Governo “Josué de Castro” que vem sendo gestado pelo MEC em atenção à problemática que envolve o enfrentamento à erradicação da pobreza e que deverá inaugurar um marco importante para o financiamento de atividades de extensão. No entanto, isso tudo não garante que a extensão universitária esteja efetivamente institucionalizada. As IPES devem ainda enfrentar um longo embate nos seus interiores no sentido de garantir, em seus documentos oficiais, parcela mínima do orçamento para a sobrevivência de sua infraestrutura básica, sem o que ficarão à mercê de financiamento via editais. Além disso, os gestores da extensão universitária deverão se esforçar por buscar novos meios de investimento não apenas na iniciativa pública, mas também na iniciativa privada. Lembro que toda a sociedade se beneficia das ações de extensão e, portanto, todos os setores que a compõem devem se responsabilizar por mantê-la viva. No entanto, a institucionalização da extensão não depende apenas de dinheiro, mas de

uma cultura universitária inovadora que seja incorporada por toda a comunidade acadêmica em atenção a uma universidade preparada para o século XXI, que ressalta a importância do rompimento definitivo do isolamento cultural elitizado e reafirma sua opção por intensificar seus laços com a sociedade. Há, então, no mínimo, a necessidade das IPES aprovarem com seus Conselhos Superiores as estratégias apontadas no novo PNE e as diretrizes gerais do PNext.

Qual a relação estabelecida entre o processo de avaliação e os indicadores de extensão?

O processo de avaliação deve primar por fazer um acompanhamento das atividades de extensão de forma que elas possam ser auditadas externamente. A avaliação deverá, portanto, considerar diretrizes do PNext e levar em consideração aspectos científico-metodológicos criteriosamente estabelecidos. Dessa forma, o que se pretende ao investir numa ação de extensão é tentar garantir sua plena realização, de acordo com o planejamento e o cronograma apresentados, com o apoio estrutural dos gestores da extensão universitária. Assim, se tivermos a sabedoria de construir indicadores associados à evolução de uma atividade de extensão, ou seja, em harmonia com as orientações da avaliação, teremos condições de estabelecer um padrão universalizado para gerar e gerir políticas públicas eficazes. Dessa forma, os esforços envidados na construção de indicadores pelo FORPROEX têm sido feitos no sentido de garantir junto ao MEC, com a mediação da ANDIFES e da ABRUEM, e às agências de fomento a construção de políticas estatais de extensão. Ainda que a visibilidade da extensão, dada por indicadores que permitam observar não só o volume, mas também a qualidade das ações, não garanta que um orçamento liberado pelo MEC injete definitivamente dinheiro na extensão universitária (o que faz parte do esforço interno em cada IPES), ela avança por outro lado na construção de uma verdadeira política de estado. No entanto, esse avanço ainda é pequeno e a garantia é frágil na medida em que não se configura como lei, o que já pode dar ideia do tamanho da luta a ser travada para garantir autonomia efetiva para a universidade brasileira. Mas, cada coisa a seu tempo, não é? Primeiro temos que validar indicadores associados aos nossos critérios de avaliação interna para dar visibilidade e legitimidade para a extensão universitária no nosso país.